

Contrato n.º 313/2024

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Entre Município de Oeiras e União Desportiva e Recreativa de Algés

Aquisição/manutenção de equipamentos no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo de Oeiras (RAAD)

Preâmbulo

Considerando que:___

A) A prática de atividade física e desporto é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa, que igualmente vincula, desde logo, o relevante papel das coletividades desportivas na materialização deste desígnio. ___

B) As coletividades são uma das bases a partir da qual todo o desenvolvimento desportivo se constrói, da prática informal à alta competição, onde crianças, jovens a adultos, desempenham igualmente um papel fulcral na promoção da integração e coesão social nas comunidades onde se inserem; ___

C) O Município de Oeiras, no âmbito da prossecução das suas políticas de desenvolvimento desportivo para o concelho, reconhece inequivocamente como de interesse municipal o trabalho realizado pelas coletividades desportivas; ___

D) O Município de Oeiras reconhece que um dos eixos fundamentais de desenvolvimento desportivo, passa necessariamente pelo apoio às associações desportivas. Estas entidades, para além de portadores de uma utilidade social muito relevante, são polos imprescindíveis para o desenvolvimento e prática desportiva local e nacional; ___

E) O Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Oeiras, doravante designado RAAD, publicado em Diário da República no Edital n.º 1223/2015, 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro, prevê o apoio a entidades coletivas sem fins lucrativos com sede no concelho que desenvolvam atividades de interesse municipal, no âmbito da atividade física e do desporto, sob a forma de comparticipação financeira para obras ou aquisição/manutenção de equipamentos (artigo 1.º e al. b) do n.º 2, e n.º 6, ambos do artigo 3.º); ___

F) Tendo sido observado o procedimento disciplinado nos artigos 4.º, 5.º e 7.º a 9.º do RAAD, a Câmara Municipal de Oeiras aprovou a atribuição de uma comparticipação financeira à União Desportiva e

Recreativa de Algés para obras ou aquisição/manutenção de equipamentos, via proposta de deliberação n.º 344/2024, de 17 de abril de 2024;___

G) De acordo com o previsto no nas alíneas f), g) e m) do número 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado (doravante RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as autarquias locais têm atribuições nomeadamente nos domínios dos tempos livres e desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento;___

H) Nos termos das alíneas o) do n.º 1 do artigo 33º do RJAL, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. ___

Assim, é celebrado, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º, do n.º 5 do artigo 8.º e dos artigos 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, e do artigo 2.º, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que altera e republica o Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, bem como do artigo 1.º e al. b) do n.º 2, n.º 4 e 5 do artigo 3.º e artigo 9.º, todos do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, Edital n.º 1223/2015, publicado no *Diário da República*, 2.º Série, n.º 254, de 30 de dezembro e na sequência da deliberação camarária infra indicada;___

Entre,___

Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por **Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves**, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências, nos termos do Despacho número 1/2023, de 2 de janeiro, adiante designado como **Município** ou **Primeiro Outorgante**;___

E,___

UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ALGÉS, com sede na Rua Francisco Duarte Pedroso, n.º10 Algés, pessoa coletiva n.º 501741712, neste ato representado por **Joaquim Manuel Freire Venâncio**,

emitido pela República Portuguesa, na qualidade

de Presidente da Direção com poderes para outorgar o presente contrato, conforme cópia da publicação dos estatutos em Diário da República (Artigo 25º n.º1), Ata de Eleição n.º71 e Tomada de Posse n.º 72 de 18 de fevereiro de 2023, bem como Ata n.º1/2024, datada de 26 de janeiro de 2024 de delegação de competências, adiante designada por **SEGUNDO OUTORGANTE**;_____

É acordado e livremente aceite o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, de acordo com a Proposta de Deliberação n.º 344/2024, aprovada em reunião de Câmara de 17 de abril de 2024, ao abrigo do previsto no Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Oeiras (RAAD), e que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelo disposto nos art.ºs 19.º a 31.º do Dec-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro e, supletivamente, com as necessárias adaptações, pela Parte III do Códigos dos Contratos Públicos, na versão atual de ambos os diplomas legais._____

Cláusula 1ª

Objeto

1. Através do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, adiante designado por Contrato, o **MUNICÍPIO** concede ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, uma participação financeira para execução dos investimentos constantes no **Anexo I** ao presente Contrato, e que dele faz parte integrante._____
2. A presente participação financeira destina-se a:_____
 - a) *Investimento na instalação de balaústre metálico em bancada e requalificação de vedação do campo de futebol, próprios/ou sob gestão do **SEGUNDO OUTORGANTE**, considerada essencial para o normal desenvolvimento da sua atividade ou para o desempenho das suas funções;*_____
 - b) *Manutenção dos balneários e instalações sanitárias, considerado essencial para o desenvolvimento da atividade ou para o desempenho das funções do **SEGUNDO OUTORGANTE**;*_____

Cláusula 2ª

Valor de Participação

Para a execução dos investimentos constantes no **Anexo I** ao presente Contrato, é concedida pelo **PRIMEIRO OUTORGANTE** ao **SEGUNDO OUTORGANTE** uma participação financeira correspondente a 95,527% do respetivo investimento, até ao valor máximo de **8.500,00€** (oito mil e

quinzentos euros) e uma comparticipação financeira correspondente a 86,370% do respetivo investimento, até ao valor máximo de **10.000,00€** (dez mil euros)._____

Cláusula 3ª

Regime de Comparticipação

1. O montante a atribuir será processado através de uma ou mais transferências, a realizar de acordo com a disponibilidade de tesouraria, até ao limite de 31 de dezembro do corrente ano, e após receção no Município de documento de despesa._____
2. O presente regime de comparticipação e respetivas transferências não ficará sujeito a quaisquer outros índices ou indicadores de evolução de preços._____
3. Qualquer quantia que exceda o valor da comparticipação indicada na Cláusula anterior para execução do presente Programa de Desenvolvimento Desportivo será integralmente assegurada e da responsabilidade do **SEGUNDO OUTORGANTE**._____
4. A alteração dos fins a que se destina a verba prevista na Cláusula anterior só pode ser feita mediante autorização expressa do **PRIMEIRO OUTORGANTE**, com base numa proposta concreta e fundamentada a apresentar pelo **SEGUNDO OUTORGANTE** ao **PRIMEIRO OUTORGANTE**._____
5. O encargo resultante do presente contrato-programa será satisfeito pelo Município pela dotação orçamental seguinte: orgânica 02; classificação económica 080701, tendo-lhe sido atribuída a ficha de compromisso com o número sequencial 1956080 e 1956081, datada de 19 de abril de 2024._____

Cláusula 4ª

Suspensão do pagamento da comparticipação financeira

1. O pagamento da comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato será suspenso no caso de o **SEGUNDO OUTORGANTE** se encontrar em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, e enquanto tal incumprimento se mantiver;_____
2. O pagamento da comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato será suspenso em caso de incumprimento de legislação referente quer à luta contra a dopagem no desporto (Lei 81/2021 de 30 de Novembro, versão atual) quer ao combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos

espetáculos desportivos (Lei 39/2009 de 30 de Julho, versão atual), bem como das determinações das entidades competentes nestas áreas, enquanto tal incumprimento se mantiver.____

Cláusula 5ª
(Obrigações do Segundo Outorgante)

São deveres do **SEGUNDO OUTORGANTE**:_____

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato-programa, nos termos definidos;_____
- b) Assegurar a execução integral do presente contrato;_____
- c) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto deste contrato, respeitando as condições e finalidades estabelecidas;_____
- d) Informar de imediato o **MUNICÍPIO** de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar o cumprimento integral do contrato;_____
- e) Prestar contrapartidas de interesse público para o **MUNICÍPIO** e para a comunidade;_____
- f) Cumprir todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente obtendo todas as permissões administrativas necessárias à realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo;_____
- g) Remeter ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do contrato, acompanhado dos respetivos comprovativos de despesa, no prazo máximo de 60 dias após o término do contrato;_____
- h) Consentir o acompanhamento e controlo pelo **MUNICÍPIO** das obrigações legais, regulamentares e contratuais a que está adstrita, bem como prestar todas as informações que lhe forem solicitadas;_____
- i) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação da comparticipação financeira atribuída pelo **MUNICÍPIO**, nomeadamente os comprovativos de despesa referentes ao custo total previsto para a concretização do programa, bem como disponibilizá-la aos serviços municipais, sempre que solicitada, no âmbito do acompanhamento e controlo previsto na alínea anterior;_____
- j) Disponibilizar o acesso às instalações para efeitos de acompanhamento e controlo da comparticipação financeira atribuída pelo **MUNICÍPIO**;_____

- k) Publicitar os apoios recebidos, quer por menção expressa do Município de Oeiras, quer por inclusão do respetivo logotipo, respeitando o Manual de Normas gráficas associadas à sua utilização que pode ser consultado em www.oeiras.pt;____
- l) Criar no respetivo sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato e dos respetivos custos associados, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação da comparticipação financeira às finalidades a que se destina, com menção expressa da sua proveniência e da sua insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração;____
- m) Incluir nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do presente contrato;____
- n) Efetuar o averbamento do ónus de impenhorabilidade, bem como da insusceptibilidade de apreensão judicial ou oneração quando os bens adquiridos ou construídos com a comparticipação financeira sejam objeto de registo;____
- o) Comprovar que se encontram numa situação de cumprimento das suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social;____
- p) Assegurar que a escolha do procedimento a adotar, para as obras ou aquisição/manutenção de equipamentos, em função do valor do contrato a celebrar, obedece às regras plasmadas no Código dos Contratos Públicos.____

Cláusula 6ª

(Incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante)

1. O incumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato dará lugar à suspensão imediata do pagamento das comparticipações financeiras, presentes e futuras, designadamente quando o **SEGUNDO OUTORGANTE** não cumpra:____
 - a) As obrigações referidas na cláusula 6ª;____
 - b) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor;____
2. O incumprimento culposo deste contrato por parte do **SEGUNDO OUTORGANTE** confere ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** o direito de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.____
3. Nos demais casos, não referidos no número anterior, o incumprimento confere ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.____

- O **SEGUNDO OUTORGANTE** obriga-se ainda a restituir ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** os montantes recebidos que não tenham sido aplicados na execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto do presente contrato-programa.____

Cláusula 7ª

Dever de Sustação

Caso a **SEGUNDA OUTORGANTE** deixe, culposamente, de cumprir este contrato-programa de desenvolvimento desportivo, não poderá beneficiar de novas participações financeiras, enquanto não repuser as quantias que devam ser legalmente restituídas.____

Cláusula 8ª

(Acompanhamento e controlo da execução do programa)

- Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, compete ao **PRIMEIRO OUTORGANTE**, através dos respetivos serviços municipais competentes, fiscalizar a execução do presente contrato, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade interna ou externa;____
- Compete ainda ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** o exercício dos poderes de fiscalização quanto aos procedimentos executivos necessários para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **SEGUNDO OUTORGANTE**, tendo em conta as contrapartidas de interesse público a cumprir;____
- Qualquer das diligências de acompanhamento e controlo referidas nos números anteriores deverão ser notificadas, por escrito, ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;____
- De modo a acompanhar permanentemente a execução contratual, é designado [REDACTED] da Divisão de Desporto, como Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos.____

Cláusula 9ª

(Modificação do Contrato-Programa)

- O presente contrato pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.____

2. Qualquer alteração ou adaptação do programa objeto do contrato, carece de prévio acordo expresso do **PRIMEIRO OUTORGANTE**._____
3. Todos os aditamentos e alterações só serão válidos e eficazes se realizados por escrito, com expressa menção das cláusulas revogadas, aditadas ou alteradas._____

Cláusula 10ª

(Vigência do Contrato)

O presente contrato-programa apenas produz efeitos a partir da data da sua publicação, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, com termo a 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogável por mais um ano, por motivos devidamente fundamentados e não imputáveis ao **SEGUNDO OUTORGANTE**._____

Cláusula 11ª

Caducidade do Contrato-Programa

1. O presente contrato programa cessa quando:_____
 - a) Esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;_____
 - b) Por causa não imputável ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;_____
 - c) O **PRIMEIRO OUTORGANTE** exerça o seu direito de resolver o contrato;_____
 - d) Não forem entregues os documentos comprovativos das obrigações fiscais e contributivas no prazo estipulado._____
2. A cessação do contrato produz efeitos por notificação dirigida à contraparte, no prazo máximo de 30 dias, a partir do momento do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento._____

Cláusula 12ª

(Litígios)

1. Os litígios emergentes da execução do presente contrato são submetidos à arbitragem nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março._____
2. Da decisão proferida pela instância arbitral cabe recurso nos termos da lei._____

Cláusula 13ª

Publicidade

Nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, conjugado com o artigo 4.º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, o presente Contrato-Programa será objeto de publicação nos termos da lei. ____

Cláusula 14ª

Casos Omissos

Em tudo o que seja omissos o presente contrato serão aplicadas as disposições legais em vigor. ____

E para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim, [REDACTED] na qualidade de Oficial Pública, nomeada por despacho n.º 57/2023 do Presidente da Câmara Municipal, em 11 de abril, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que o fiz escrever e também assino. ____

Oeiras, 16 de maio de 2024. ____

O 1.º Outorgante

[REDACTED]
Francisco Rocha Gonçalves

O 2.º Outorgante

[REDACTED]
Joaquim Venâncio

[REDACTED]
A Oficial Pública



FACTURA No
FT 20230050101/039567
ORIGINAL

ATCUD: JFFPVM8F-039567



LEROY MERLIN ALFRAGIDE
AV. DOS CAVALEIROS 70
2794-059 CARNAXIDE
Apoio ao Cliente
TEL: 211 944 944
de 2ª a domingo das 9h
às 22h

UDR ALGES
Sra - -
Calçada Do Rio
Calçada Do
Rio
Campo Bola
1495-113 Alges
NIF:501741712

Telefone :
Local de Descarga : Morada do cliente
Data e Hora de Transporte : Data e hora da factura
Condições de pagamento : Pronto Pagamento
Transação No : 005-000056-001-0440 - Venda - Venda (NV Num: 888654) - Venda - 03/07/2023 13:16

Local de Carga : Morada da loja

Pag. 1 / 1

Nº	Designação/Referência artigo	Quant.	Unidad Venda	Prec unid. SI (EUR)	Desc. unid. SI (EUR)	Total SI (EUR)	Taxa IVA	Prec unidade (EUR)	Importancia C/IVA (EUR)
1	VINCA V10 82311353	1	UNID.	1.12	0.00	1.12	6.00	1.19	1.19
2	KIT FIXAÇÃO AUTOCLISMO EQT 82269916	1	UNID.	3.24	0.00	3.24	23.00	3.99	3.99
3	CRAVO DA INDIA V12 EXT VL 19839085	1	UNID.	1.41	0.00	1.41	6.00	1.49	1.49
4	POLO ZOOM SANITA SIMPLES S/V BR 14609742	1	UNID.	42.27	0.00	42.27	23.00	51.99	51.99
5	TUBO DE DESCARGA COMP 50X32X600 15635760	1	UNID.	13.57	0.00	13.57	23.00	16.69	16.69
6	VALV BANHEIRA SIFONADA 1.1/2X40 WIRQUIN 13019384	1	UNID.	4.79	0.00	4.79	23.00	5.89	5.89
7	TUBO EXTENSIVEL C/PORCA 1.1/2X40 BR 84405754	1	UNID.	1.54	0.00	1.54	23.00	1.89	1.89
8	LIGAÇÃO CONCÊNTRICA P/SANITA 84405747	1	UNID.	3.24	0.00	3.24	23.00	3.99	3.99
9	EMBOQUE DE SANITA INTERIOR 50 X 25 /35MM 84405649	1	UNID.	2.11	0.00	2.11	23.00	2.59	2.59
10	EMBOQUE DE SANITA INTERIO 50 X 40MM 84405658	1	UNID.	1.21	0.00	1.21	23.00	1.49	1.49
11	TUBO EXT. C/J.CÓNICA 1.1/4X32/40 BR 13169541	1	UNID.	3.65	0.00	3.65	23.00	4.49	4.49

Pago nesta data em: 03/07/2023

CARTAO (EUR) : 990.29

Taxa IVA	Total SI (EUR)	Total IVA (EUR)	Tot. C/IVA (EUR)
TVA 6.00%	2.53 EUR	0.15 EUR	2.68 EUR
TVA 23.00%	75.62 EUR	17.39 EUR	93.01 EUR
EUR	78.15	17.54	95.69

MWBI-Processado por programa certificado nº 2453/AT
Válido como RECIBO no REGIME IVA de CAIXA quando aplicável
Os artigos facturados foram colocados a disposição do adquirente nesta data
BCM BRICOLAGE S.A., Rua Quinta do Palzinho 10/12, 2790-237 Carnaxide
NIPC 508848558 CRC Cascais No 506848558 Cap. Soc.: 3 232 052 EUR, Num Reg REEE:PT000680

PEDIDO Nº 799702



2015207997020

LERROY MERLIN

LERROY MERLIN ALFRAGIDE
 AV. DOS CAVALEIROS 70
 2794-059 CARNAXIDE
 Apoio ao Cliente
 TEL: 211 944 944
 de 2ª a domingo das 9h

UDR ALGES
 Calçada Do Rio
 Calçada Do Rio
 Campo Bola
 1495 Alges

Nº do cliente : 772830

Data da encomenda : 03/07/2023

Vendedor : TIAGO G.

Seccao : 99

Condicao de pag : pag ao contado sem desconto
 Ticket de caixa : 005 - 000056 - 001 - 0440 - 03/07/2023 13:16

Pagina 1/1

Nº	Designacao	Ref. LM	Quantidad	Data de disponibilidade	Taxa IVA	Desconto (EUR)	Preco Uni C/IVA (EUR)	Importe C/IVA (EUR)
1	*REV BCO 25X40 FROSTY BRILHO ARTENS	82213808	70	06/07/2023	23.00	0.00	12.78	894.60

Modo de pag :
 CARTAO (EUR) : 990.29

Total con IVA sem desconto	894.60 (EUR)	
Valor descontos	0.00 (EUR)	
Total encomenda C/IVA	894.60 (EUR)	
Sinal	894.60 (EUR)	
Saldo a pagar	0.00 (EUR)	

No caso de desistencia ou passado o prazo de 60 dias relativos a data de disponibilidade efectiva da mercadoria, a encomenda sera anulada e o sinal nao sera devolvido.

Com o objectivo de dar cumprimento ao disposto na Lei Organica 15/1999 de 13 de Dezembro, o informamos que os dados que nos comunica passaram a formar parte de uma base

FATURA-RECIBO R ATSIRE01R/17 DATA DE EMISSÃO 10/07/2023

DADOS DO TRANSMITENTE DE BENS OU DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

NOME DIRCEU VEIGA DAMACENO

NIF

ATIVIDADE EXERCIDA OUTRAS ACTIVIDADES DE ACABAMENTO EM EDIFÍCIOS

DOMICÍLIO FISCAL /
ESTABELECIMENTO ESTÁVEL

DADOS DO ADQUIRENTE DE BENS OU DE SERVIÇOS

NOME UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ALGES

NIF 501741712

MORADA R FRANCISCO DUARTE PEDROSO 10-ALGES 1495-012 ALGES

NIF ESTRANGEIRO/OUTRO DOC.IDENT.

PAÍS

SUBSISTEMA DE SAÚDE

N.º DE BENEFICIÁRIO

DADOS DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10/07/2023

DESCRIÇÃO Prestação de serviços efetuados na Calçada do Rio -Campo da bola
1495-113 Alges

VALOR BASE 3.730,00 €

IVA : Continente - 6% [taxa reduzida atual] ; 223,80 €

IMPOSTO DO SELO 0,00 €

IRS : Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. a) e b), do CIRS ; - - - ; 0,00 €

IMPORTÂNCIA RECEBIDA 3.953,80 €

Importância recebida a título de:

Pagamento dos bens ou dos serviços

Adiantamento

Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente

ATCUD:JFWWFRVF-17

Assinatura do transmitente ou do prestador

Documento emitido eletronicamente. Disponível para consulta no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt>).

FATURA-RECIBO R ATSIRE01R/17 DATA DE EMISSÃO 10/07/2023

DADOS DO TRANSMITENTE DE BENS OU DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

NOME DIRCEU VEIGA DAMACENO

NIF

ATIVIDADE EXERCIDA OUTRAS ACTIVIDADES DE ACABAMENTO EM EDIFÍCIOS

DOMICÍLIO FISCAL /
ESTABELECIMENTO ESTÁVEL

DADOS DO ADQUIRENTE DE BENS OU DE SERVIÇOS

NOME UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ALGES

NIF 501741712

MORADA R FRANCISCO DUARTE PEDROSO 10-ALGES 1495-012 ALGES

NIF ESTRANGEIRO/OUTRO DOC.IDENT.

PAÍS

SUBSISTEMA DE SAÚDE

N.º DE BENEFICIÁRIO

DADOS DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10/07/2023

DESCRIÇÃO Prestação de serviços efetuados na Calçada do Rio -Campo da bola
1495-113 Alges

VALOR BASE 3.730,00 €

IVA : Continente - 6% [taxa reduzida atual] ; 223,80 €

IMPOSTO DO SELO 0,00 €

IRS : Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. a) e b), do CIRS ; - - - ; 0,00 €

IMPORTÂNCIA RECEBIDA 3.953,80 €

Importância recebida a título de:

Pagamento dos bens ou dos serviços

Adiantamento

Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente

ATCUD:JFWWFRVF-17

Assinatura do transmitente ou do prestador

Documento emitido eletronicamente. Disponível para consulta no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt>).

FATURA-RECIBO R ATSIRE01R/20 DATA DE EMISSÃO 20/07/2023

DADOS DO TRANSMITENTE DE BENS OU DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

NOME DIRCEU VEIGA DAMACENO

NIF

ATIVIDADE EXERCIDA OUTRAS ACTIVIDADES DE ACABAMENTO EM EDIFÍCIOS

DOMICÍLIO FISCAL /
ESTABELECIMENTO ESTÁVEL

DADOS DO ADQUIRENTE DE BENS OU DE SERVIÇOS

NOME UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ALGES

NIF 501741712

MORADA R FRANCISCO DUARTE PEDROSO 10-ALGES 1495-012 ALGES

NIF ESTRANGEIRO/OUTRO DOC.IDENT.

PAÍS

SUBSISTEMA DE SAÚDE

N.º DE BENEFICIÁRIO

DADOS DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

20/07/2023

DESCRIÇÃO Prestação de serviços efetuados na Calçada doi Rio - campo da bola

1495-113 Aldes

VALOR BASE 3.730,00 €

IVA : Contínente - 6% [taxa reduzida atual]; 223,80 €

IMPOSTO DO SELO 0,00 €

IRS : Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. a) e b), do CIRS; - - - ; 0,00 €

IMPORTÂNCIA RECEBIDA 3.953,80 €

Importância recebida a título de:

Pagamento dos bens ou dos serviços

Adiantamento

Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente

ATCUD:JFWWFRVF-20

Assinatura do transmitente ou do prestador

Documento emitido eletronicamente. Disponível para consulta no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt>).

FATURA-RECIBO R ATSIRE01R/20 DATA DE EMISSÃO 20/07/2023

DADOS DO TRANSMITENTE DE BENS OU DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

NOME DIRCEU VEIGA DAMACENO

NIF

ATIVIDADE EXERCIDA OUTRAS ACTIVIDADES DE ACABAMENTO EM EDIFÍCIOS

DOMICÍLIO FISCAL /
ESTABELECIMENTO ESTÁVEL

DADOS DO ADQUIRENTE DE BENS OU DE SERVIÇOS

NOME UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ALGES

NIF 501741712

MORADA R FRANCISCO DUARTE PEDROSO 10-ALGES 1495-012 ALGES

NIF ESTRANGEIRO/OUTRO DOC.IDENT.

PAÍS

SUBSISTEMA DE SAÚDE

N.º DE BENEFICIÁRIO

DADOS DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA DA TRANSMISSÃO DE BENS OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

20/07/2023

DESCRIÇÃO Prestação de serviços efetuados na Calçada doi Rio - campo da bola

1495-113 Aldes

VALOR BASE 3.730,00 €

IVA : Contínente - 6% [taxa reduzida atual]; 223,80 €

IMPOSTO DO SELO 0,00 €

IRS : Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. a) e b), do CIRS; - - - ; 0,00 €

IMPORTÂNCIA RECEBIDA 3.953,80 €

Importância recebida a título de:

Pagamento dos bens ou dos serviços

Adiantamento

Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente

ATCUD:JFWWFRVF-20

Assinatura do transmitente ou do prestador

Documento emitido eletronicamente. Disponível para consulta no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt>).